



Conselho Nacional de
Educação

Relato da 94ª Reunião do Plenário¹

Aos quatorze dias do mês de Janeiro de 2008, realizou-se no Conselho Nacional de Educação (CNE) a nonagésima quarta Reunião do Plenário, tendo sido adoptada a seguinte ordem de trabalhos: 1- Aprovação dos Relatos das 92ª e 93ª Sessões Plenárias; 2- Informações; 3- Apreciação do Relatório de Actividades de 2007; 4- Apreciação do Plano de Actividades de 2008. Seguiu-se uma reunião com Suas Excelências o Primeiro-Ministro, a Ministra da Educação e o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

O Presidente deu início à reunião dando conta da ordem de trabalhos e informando que a mesma seria interrompida às 16h00 para receber o senhor Primeiro-Ministro e Ministros da Educação e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Antes de passar à ordem de trabalhos, o Presidente informou que a vinda do Primeiro-Ministro e Ministros ao Conselho decorria de uma audiência havida com o Primeiro-Ministro em que o mesmo manifestou a sua vontade de reunir com o Plenário do CNE, no sentido de serem encontradas boas formas de cooperação institucional no respeito pelo estatuto e missão do Conselho.

Passando ao **ponto 1 da OT - Aprovação dos Relatos das 92ª e 93ª Sessões Plenárias**, o Presidente colocou à votação os relatos de cada uma das reuniões, tendo os mesmos sido aprovados, sem votos contra, nem abstenções. No **ponto 2 – Informações**, o Presidente fez o ponto de situação relativamente às publicações ligadas ao DNE, lamentando que o seu Relatório Final não esteja ainda disponível devido a um atraso da tipografia. Entretanto, foram publicados o estudo elaborado pela SPCE, intitulado “A Educação em Portugal (1986-2006): Alguns Contributos de Investigação”, a tradução portuguesa do documento do Conselho da Europa “Governança Democrática das Escolas” e o livro de testemunhos “Teresa Ambrósio, um Percurso de Vida”. Relativamente à comemoração dos 20 Anos do CNE, referiu a realização de dois seminários sobre temáticas específicas e a sessão pública comemorativa realizada em sessão plenária do passado dia 21 de Novembro. Informou também ter tido lugar uma reunião conjunta da Comissão Parlamentar de Educação e Ciência com a Comissão Coordenadora do CNE, no passado dia 18 de Dezembro, para aprofundar as áreas de cooperação, tendo a Comissão Parlamentar manifestado o seu interesse em desenvolver a problemática do insucesso escolar e sua ligação aos contextos familiares e locais. Nas próximas semanas será dada continuidade a esta iniciativa, no sentido de ver a sua forma de concretização.

No **ponto 3 – Apreciação do Relatório de Actividades de 2007**, o Presidente referiu a introdução de um “sumário executivo”. Colocado à consideração dos conselheiros não suscitou comentários, pelo que será enviado para publicação em Diário da República. Passando ao **ponto 4 – Apreciação do Plano de Actividades para 2008**, o Presidente deu conta que se tem vindo a fazer com a Comissão

¹ A gravação integral da Reunião do Plenário encontra-se no Arquivo do CNE.



Conselho Nacional de Educação

Coordenadora um trabalho que visa ajudar a criar uma agenda própria do Conselho, dando continuidade às questões críticas identificadas durante o DNE, pelo que o documento distribuído já reflecte essa preocupação, organizando-se em quatro grandes áreas: a escola, as suas finalidades, os seus contextos e parceiros; currículo e formação de professores; organização e governança; e desempenho, qualidade e avaliação.

Aberta a discussão sobre o documento, nas suas observações gerais o conselheiro António Cachapuz considerou existir uma continuidade com as problemáticas identificadas no DNE, mas o plano ser extremamente ambicioso, uma vez que foca quinze temas centrais na política educativa. Embora muito bem organizado, não só pela escolha das quatro áreas de intervenção e respectivas temáticas, mas também na ilustração das actividades possíveis, o documento inscreve, na sua opinião, dois temas muito importantes: o papel dos *media* na educação e a preocupação de o CNE ter uma base de referenciais e indicadores. Referiu também a necessidade de esclarecer melhor alguns aspectos, designadamente, na área 1 a temática da “sociedade educativa”; na área 2, relativamente à formação de professores considerou necessário proceder ao levantamento da oferta formativa existente; na área 4, acentuou a necessidade de o CNE ter maior intervenção na avaliação do Programa “Novas Oportunidades” e na avaliação externa das escolas e do desempenho dos professores. Solicitou ainda que fosse mais bem esclarecido o que se pretende com o relatório sobre o “Estado da Educação”.

A conselheira Maria Emília Brederode Santos, sugeriu que o tema “Papel dos media na Educação” fosse substituído por “A imagem da educação nos media” e que o tema da “sociedade educativa” pudesse incluir o papel educativo dos media e de outras iniciativas de educação informal e não formal, lembrando, a propósito, que o Governo acaba de decidir a criação de um 5º canal de televisão de sinal aberto, o que poderá ser uma oportunidade para o Conselho apresentar algumas sugestões que acentuem o papel educativo dos media. Para o conselheiro Carlos Chagas, seria importante incluir no Plano algumas formas de acompanhamento no terreno de iniciativas governamentais, de modo a que os conselheiros pudessem ter uma melhor percepção da realidade e formular opiniões mais fundamentadas.

Não existindo no momento mais inscrições, o Presidente aproveitou para prestar alguns esclarecimentos. Reconhecendo a necessidade de o CNE ser prudente no que se refere ao enunciado das acções a desenvolver, precisou que este Plano visa estabelecer uma agenda própria para a actividade do Conselho, podendo um certo número de acções vir a ter concretização neste ano, mas outras serem apenas objecto de preparação para desenvolvimento em anos subsequentes. Nesse entendimento, será importante reunir o consenso geral sobre as frentes prioritárias de trabalho do CNE, constituindo-se, assim, uma agenda estratégica capaz de orientar as actividades a inscrever anualmente nos planos de actividades. A construção de uma base de referenciais e indicadores da Educação será uma das acções estruturantes a desenvolver para o trabalho a médio prazo do CNE e que poderá vir a enformar, no futuro, um documento geral sobre o desenvolvimento da educação. No presente ano, procurar-se-á identificar as grandes linhas de política educativa defendidas ao longo dos



Conselho Nacional de Educação

anos nos Pareceres do CNE, de modo a começar a preparar um esquema geral a desenvolver futuramente.

Sobre este ponto da OT intervieram ainda a conselheira Rosália Vargas, sugerindo que fosse incluído no levantamento de indicadores e de referenciais as relações das autarquias com as escolas e que na avaliação externa das escolas fosse tido em conta o estado dos equipamentos educativos e da sua qualidade na rede do pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico; o conselheiro José Luís Presa foi de opinião que, antes de avaliar o impacto do Programa “Novas Oportunidades”, o CNE deveria proceder a actividades de acompanhamento, ouvir os directores dos centros “Novas Oportunidades” e as escolas e, partir daí para propor medidas correctivas, uma vez que há necessidade de melhorar as actividades em curso.

O Presidente terminou o debate deste ponto referindo que as Comissões Especializadas Permanentes irão agora traduzir as linhas gerais propostas para o Plano de Acção em actividades concretas. De seguida, colocou à consideração a aprovação na generalidade do Plano, com as alterações que foram sugeridas pelos senhores conselheiros e cuja redacção final será analisada pela Comissão Coordenadora. A proposta do Presidente foi aprovada por unanimidade.

Após um intervalo, o Presidente deu início à reunião com o senhor Primeiro-Ministro, Ministra da Educação, Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e Secretários de Estado do Ensino Superior, da Educação e Adjunto e da Educação, proferindo o discurso que a seguir se transcreve:

“Senhor Primeiro Ministro,
Senhora Ministra da Educação,
Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior,
Senhoras e Senhores Conselheiros,

Esta é uma sessão de plenário do Conselho Nacional de Educação, a primeira de 2008, que tem o significado muito especial de nela acontecer a primeira presença de um Primeiro Ministro no Conselho. Desejo, Senhor Primeiro Ministro e Senhores Ministros, dar-lhes as boas-vindas e testemunhar-lhes o regozijo por os receber nesta casa dedicada à Educação.

Compreenderão, com certeza, que expresse ao Senhor Primeiro Ministro, de modo bem vincado, o apreço e reconhecimento por aqui estar hoje.

O CNE celebrou em 2007 o seu 20º Aniversário. O programa que se dedicou a esta comemoração permitiu-nos colher pontos de vista de um representativo e alargado leque de personalidades que tiveram e têm importantes responsabilidades na Educação no nosso País. O Senhor Presidente da Assembleia da República, a Senhora Ministra da Educação e o Senhor Presidente da Comissão Parlamentar de Educação e Ciência, estimularam-nos com reflexões e desafios de grande relevância sobre o sentido e os fins da nossa acção. Assim ficaram mais claras as linhas de desenvolvimento do trabalho que o próprio Conselho vem fazendo sobre a sua missão hoje e sobre as condições para a cumprir bem.

O Senhor Primeiro Ministro e os Senhores Ministros avaliam, estou certo, o potencial que reside num órgão em que estão representados os mais variados grupos de interessados na Educação: pais, estudantes, professores, escolas, empresas, associações científicas e culturais, autarquias, Regiões Administrativas do Continente e Regiões Autónomas, partidos políticos com assento na Assembleia da República, Governo, Academias,



Conselho Nacional de Educação

Universidades e Politécnicos, bem como membros escolhidos em função da sua especial competência científica e pedagógica, designados por cooptação... A preciosa coleção de Pareceres que o CNE emitiu nestes 20 Anos atesta o trabalho feito e constitui um acervo documental importante para futuros estudos sobre políticas educativas, a sua formulação, aplicações e resultados. Encontraremos, certamente, pareceres que ilustram a capacidade para antecipar situações e desenvolvimentos. Outros há que constituíram bases para o desenvolvimento de políticas. O que não encontramos é qualquer contributo irrelevante ou parco de sentido de serviço público da parte dos Conselheiros e do Conselho.

O CNE tem presentemente em mãos a preparação de um Parecer sobre o Regime Jurídico de Autonomia, Administração e Gestão das Escolas e inscreveu no seu Plano de Actividades as actuais preocupações com a qualidade das aprendizagens e com a diversidade de contextos sociais, económicos e culturais com que a Escola se confronta, que revelam uma necessidade premente de se encontrarem os recursos, os instrumentos e os conteúdos que melhor respondam a essa heterogeneidade. Desejaríamos, naturalmente, conhecer a agenda de iniciativas legislativas do Governo e da Assembleia da República a que se prevê associar o contributo de pareceres do CNE.

No passado dia 18 de Dezembro, o Conselho recebeu a Comissão Parlamentar de Educação e Ciência, que aqui realizou uma sua sessão de trabalho e reuniu com a Comissão Coordenadora do CNE. Este encontro permitiu identificar uma base para uma acção conjunta sobre questões críticas identificadas no Debate Nacional sobre Educação (DNE), relacionadas com o insucesso, abandono escolar e contextos sociais e familiares dos estudantes, abrindo caminhos novos e promissores no relacionamento do CNE com a Assembleia da República. No próximo dia 29 de Janeiro, teremos ocasião de promover uma reunião de trabalho para análise crítica do Estudo que encomendámos sobre a “Educação das Crianças dos 0 aos 12 Anos”, com um painel diversificado de especialistas. Estamos convencidos que este trabalho, que aprofunda e desenvolve uma questão crítica identificada no DNE, será um importante contributo na definição e condução de políticas de educação num período decisivo, fundamental no desenvolvimento e educação das nossas crianças.

Estas referências permitem que se compreenda melhor que o Conselho Nacional de Educação e alguns dos seus membros, em distintos momentos e de modos diversos, tenham estranhado e sofrido com manifestações de incompreensão do seu papel e se interroguem sobre as condições para o bom uso das suas capacidades e estatuto.

Estamos profundamente convencidos de que o desenvolvimento e aprofundamento da missão, organização e modo de relacionamento do CNE com o Governo e Assembleia da República, são a melhor via para que as capacidades e o potencial deste órgão superior de consulta sejam plenamente usadas, sirvam o País e o seu futuro. Por isso acreditamos e desejamos sinceramente, Senhor Primeiro Ministro, que esta reunião concretize o desejo que expressou quando anunciou a sua vontade de que ela acontecesse: que dela fizéssemos uma ocasião para análise e debate aberto, sincero, sobre questões e problemas, bem como sobre a melhor maneira de trabalharmos juntos na melhoria da Educação em Portugal.

A nossa tradição e cultura é exactamente a do debate sereno das questões educativas. Estamos, pois, muito esperançados de que daqui possamos sair, todos, tranquilos e confiantes na nossa capacidade de trabalhar e cooperar melhor.”

O senhor Primeiro-Ministro cumprimentou todos os conselheiros presentes e explicou as razões da sua presença: por um lado, valorizar o papel do CNE, como órgão de consulta, no contexto das políticas de educação e, por outro lado, de mais uma vez afirmar a intenção do Governo de valorizar a questão educativa como fundamental para o desenvolvimento do País. Fez, de seguida, uma exposição sobre as orientações que o Governo tem vindo a desenvolver e as intenções para o futuro, apresentando um breve balanço das reformas realizadas nestes dois anos, apesar das graves dificuldades orçamentais. Considerou como mudanças mais importantes, as seguintes: a criação das



Conselho Nacional de Educação

aulas de substituição nos ensinos básico e secundário; as alterações no regime de concurso e colocação de professores de modo a garantir maior estabilidade do corpo docente das escolas; a racionalização da rede escolar do ensino básico, com a eliminação das escolas de 1º ciclo com menos de 10 alunos; o enriquecimento curricular no 1º ciclo, com a garantia do funcionamento das escolas a tempo inteiro e a generalização da oferta de ensino de Inglês para todos os alunos nos 3º e 4º anos de escolaridade; o aumento do número de alunos a frequentar os cursos profissionais e tecnológicos no ensino secundário. Em matéria de reforma do ensino superior destacou a aceleração da aplicação do processo de Bolonha, o estabelecimento de parcerias internacionais que levaram a uma maior abertura das universidades portuguesas, as mudanças no sistema de avaliação do ensino superior e, finalmente, as novas regras para a gestão das instituições de ensino superior.

Nas suas palavras, controlado o défice, o País pode olhar o futuro com mais confiança. Nos dois anos anteriores, só foi possível atribuir prioridade à Ciência, que atingiu 1% do PIB em valor de investimento orçamental; no âmbito das políticas sociais será agora feito maior investimento na Educação e na Formação. O QREN atribui 37% dos recursos comunitários aos sectores da educação, ciência e formação. Lembrando que o principal problema do País é a baixa qualificação da sua mão-de-obra, manifestou confiança que a conjugação do Programa Novas Oportunidades, com o aumento da frequência do ensino secundário se traduza numa mobilização do País em torno das questões da qualificação.

Por fim, o senhor Primeiro-Ministro abordou a questão do novo regime de administração e gestão das escolas, cujo projecto de decreto-lei se encontra em discussão pública e sobre o qual foi pedido parecer ao CNE. Precizou que as alterações propostas visam dar mais autonomia às escolas, de modo a que possam responder melhor às necessidades da comunidade; criar maior abertura à participação das famílias; e reforçar a liderança das escolas. Apesar de considerar que as mudanças propostas são prudentes, uma vez que em matéria de gestão as escolas têm já uma larga experiência e trata-se apenas de acrescentar alguns aspectos novos, também acentuou que para o Governo o risco de nada mudar é muito superior ao de mudar. Nesse sentido, aguardará o parecer do CNE com expectativa. De seguida, manifestou desejo de ouvir da parte dos senhores conselheiros as suas opiniões e a avaliação genérica que lhes merecia a política educativa seguida.

Aberto o debate, intervieram os conselheiros Odete Valente, Conceição Alves Pinto, Joaquim Azevedo, Albino Almeida, António Cachapuz, Alda Macedo, Carlos Chagas, José Luís Presa, Rita Magrinho, Adriano Moreira, Jorge Carvalhal, Maria Emília Brederode Santos, Rui Alarcão, José Manuel Canavarro, Rosália Vargas, Ivo Santos, Maria Irene Noronha da Silveira e João Pedro Pita. Os conselheiros exprimiram os seus pontos de vista sobre diversos aspectos da política educativa e colocaram questões ao senhor Primeiro-Ministro, designadamente sobre o entendimento do Governo das funções do CNE enquanto órgão de consulta independente, o processo de revisão do estatuto da carreira docente e a situação de mal-estar vivida nas escolas de 1º ciclo, a importância de desenvolver a orientação escolar e profissional que facilite o encaminhamento dos jovens para modalidades de



Conselho Nacional de Educação

educação e formação adequadas aos seus interesses no âmbito do programa Novas Oportunidades, a diminuição de alunos matriculados no 12º ano de escolaridade, a importância da participação dos pais e das comunidades locais nas questões da educação, bem como as alterações a introduzir no regime de autonomia e gestão das escolas com o objectivo de reforçar as suas lideranças. Foram também abordadas questões relacionadas com a eventual alteração formal da Lei de Bases do Sistema Educativo, a mudança de paradigma para o desenvolvimento do ensino superior em Portugal, o aumento do investimento em Ciência, a necessidade de precisar as competências académicas e profissionais exigidas para cada tipo de especialista e a importância de facilitar a renovação de docentes no ensino superior. Igualmente foi mencionada a necessidade de se proceder à avaliação dos resultados das políticas adoptadas.

Ao longo da reunião, o senhor Primeiro-Ministro foi respondendo às questões colocadas pelos conselheiros tendo, no final, reforçado a ideia de que o rigor orçamental terá de continuar mas, na medida das disponibilidades, será feito maior investimento em Educação. Para tal, o sistema educativo terá de melhorar a sua eficiência, tendo o senhor Primeiro-Ministro considerado que o Conselho Nacional de Educação é um aliado do Governo na consideração da Educação como uma grande prioridade nacional, e reafirmado a importância da sua missão.

Agradecendo a presença e disponibilidade comprovada do senhor Primeiro-Ministro e dos membros do Governo presentes para, durante perto de três horas, ouvir e responder às questões que os conselheiros quiseram apresentar, o Presidente deu por encerrados os trabalhos desta reunião plenária.